DFS PRO
IT SOLUTIONS

CHECKLIST 2 DE 5 · REFORMA TRIBUTÁRIA NO SAP

Cadastros e cálculo de CBS e IBS no SAP

Medir o cadastro antes de corrigir e provar, cenário por cenário, que o cálculo reproduz a regra que a empresa decidiu.

Feito para

03 PERFIS

01	**Líder SAP**	A medição do cadastro e o roteiro de cenários
02	**Gerente Tributário**	O resultado esperado de cada cenário e a decisão que é da empresa
03	**TI fiscal**	Os campos novos de parceiro, produto e serviço

Edição de novembro de 2026
Base legal: EC 132/2023, LC 214/2025, LC 227/2026 e atos conjuntos RFB e CGIBS
dfspro.com.br

CAPÍTULOS 03 E 04 DA SÉRIE

O dado certo antes da conta certa

O cálculo só acerta quando parceiro, produto e serviço chegam completos. Este checklist cobre os dois degraus, nessa ordem.

CADASTROS

Medir antes de corrigir

Parceiros, materiais e serviços, com a medição da qualidade do cadastro como linha de base do projeto.

CÁLCULO

Provar por cenário

Regra, alíquota, redução e Simples, cada cenário com resultado esperado e resultado obtido lado a lado.

PARA VALIDAR NO SEU SAP

Tudo o que depende da configuração do seu SAP aparece como pergunta. A tese tributária e a classificação do produto são da empresa; ao sistema cabe reproduzi-las.

SUMÁRIO

Do cadastro ao cálculo provado

03 Cadastros mestres: a base de tudo 04

04 Determinação de imposto: regra, alíquota e benefício 24

Fontes oficiais 42

03

CADASTROS

Cadastros mestres: a base de tudo

Conferir, antes do cálculo, se parceiro, produto e serviço trazem o dado que o documento novo vai pedir.

RESUMO EM 3 LINHAS

1. Cálculo e nota só acertam o que o cadastro entrega.
2. Fornecedor passa a ser fonte de crédito, ou de crédito perdido.
3. Medir a base agora custa menos que limpar em janeiro.

POR QUE IMPORTA

Um campo faltando no parceiro ou no material vira rejeição de nota ou imposto errado, em escala.

NESTE CAPÍTULO

- O que o documento novo pede ao cadastro

O que o documento novo pede ao cadastro

EM LINGUAGEM SIMPLES

Cadastro é a matéria-prima

Se o cadastro está incompleto, a nota sai incompleta. Não adianta ter regra boa se o dado de entrada está torto.

O documento fiscal eletrônico com IBS e CBS traz dados novos sobre o fornecimento e sobre as partes. A documentação técnica vigente de cada documento lista esses campos. A pergunta de prontidão é se o cadastro consegue alimentá-los sem digitação manual.

Três perguntas para começar

- Existe lista, por documento, dos campos novos exigidos na versão vigente da documentação técnica?
- Cada campo novo tem origem definida: cadastro, regra ou digitação na operação?
- Quem mantém a lista quando a documentação técnica mudar de versão?

A documentação técnica de cada documento é publicada pelo portal oficial do respectivo documento. O guia não reproduz campos; reproduz a pergunta. **(portal do Comitê Gestor do IBS)**

EXEMPLO PRÁTICO 03.1

situação fictícia, números redondos

Um campo sem origem

Um campo novo da nota exige uma informação que o cadastro do cliente não tem. O analista digita à mão, nota a nota. Com 2.000 notas por mês, o erro de digitação passa a ser certo. A solução é criar o campo no cadastro e carregar uma vez.

EXEMPLO PRÁTICO 03.2

situação fictícia, números redondos

Medida de base antes de janeiro

Um grupo fictício mede 50.000 clientes ativos e encontra 6.000 sem município completo. São 12% da base. Corrigir em novembro, com ambiente de teste, custa menos que corrigir em janeiro, com a nota sendo rejeitada.

EXEMPLO PRÁTICO 03.3

situação fictícia, números redondos

A versão da documentação técnica

A documentação técnica de um documento muda de versão em dezembro. Ninguém tinha a lista de campos por versão. O emissor passa a rejeitar notas na primeira semana. Com um responsável pela lista, a troca seria planejada.

PASSO A PASSO

Montar a lista de campos novos

01 Pegar a versão vigente

Abrir a documentação técnica de cada documento emitido.

02 Listar os campos novos

Copiar para uma planilha o nome de cada campo novo.

03 Achar a origem

Para cada campo, escrever de onde vem o dado.

04 Dar dono

Um responsável por campo e um pela versão da documentação.

ERRO COMUM

Digitar o que o cadastro deveria dar

Campo novo preenchido à mão em cada nota é erro certo em escala. O caminho barato é uma carga única no cadastro, validada em ambiente de qualidade.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Abrir a documentação técnica vigente dos documentos que a empresa emite.
- Listar os campos novos em uma planilha, com a origem de cada um.
- Escolher o responsável pela lista.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Cada campo novo da nota tem origem no cadastro ou na regra, e alguém responde pela atualização da lista?

Por que começar aqui

- Cadastro é a etapa mais barata de corrigir e a mais cara de ignorar.
- Quase todo desvio de cálculo e de documento tem origem em dado de entrada.
- A medição do cadastro serve de linha de base para todos os capítulos seguintes.

CLIENTES E FORNECEDORES

O parceiro de negócio muda de papel

EM LINGUAGEM SIMPLES

Fornecedor vira fonte de crédito

Antes, o fornecedor era quem entregava a mercadoria. Agora ele também é quem emite o documento que dá direito ao crédito.

Na regra regular, o crédito depende de documento fiscal eletrônico idôneo emitido pelo fornecedor. (LC 214/2025, art. 47, § 1º, II) Isso dá ao cadastro de fornecedor um papel que antes era secundário: cada fornecedor passa a ser fonte de crédito, ou de risco de crédito perdido.

Cinco pontos do cadastro

Ponto do cadastro	Pergunta de validação	Dono
Identificação fiscal	O CNPJ e a inscrição do parceiro estão corretos e atualizados?	Tributário
Regime do parceiro	O sistema sabe se o parceiro é optante do Simples ou está no regime regular?	Tributário
Tipo de parceiro	Pessoa física, jurídica, órgão público e exterior estão separados?	Controladoria
Endereço e município	O município do local de entrega está completo e padronizado?	TI fiscal
Contato fiscal	Existe e-mail para recebimento de documento e de aviso de rejeição?	TI fiscal

Perguntas de validação do projeto; o papel do documento idôneo vem do art. 47 da LC 214/2025.

EXEMPLO PRÁTICO 03.4

situação fictícia, números redondos

Fornecedor que mudou de regime

Um fornecedor fictício deixa o Simples no meio do ano e passa a emitir documento com IBS e CBS destacados. O cadastro continua marcando optante. A entrada trata a nota como de optante, e o crédito é apropriado de forma diferente do que a empresa decidiu.

EXEMPLO PRÁTICO 03.5

situação fictícia, números redondos

Indicador de qualidade de documento

Num mês, a empresa recebe 1.000 notas de entrada. Em 80 há divergência de valor. A taxa é de 8%. Um fornecedor responde por 50 dessas 80. O comprador abre um pedido de correção e coloca o fornecedor no relatório.

EXEMPLO PRÁTICO 03.6

situação fictícia, números redondos

Município incompleto

Um parceiro tem endereço de entrega sem código de município. A nota é rejeitada, o pedido fica parado e o cliente liga. O relatório de cadastro incompleto, rodado toda semana, pega esse caso antes de o cliente ligar.

ERRO COMUM

Assumir que o fornecedor sabe emitir o documento novo

Quem recebe documento mal preenchido perde ou atrasa o crédito. Por isso o cadastro de fornecedor ganha um indicador de qualidade de documento recebido.

PASSO A PASSO

Rito mensal de atualização cadastral

01 Extrair

Listar parceiros com mudança de regime, endereço ou situação cadastral.

02 Conferir

Comparar com a fonte oficial e com o que o parceiro informou.

03 Corrigir

Atualizar o cadastro com aprovação e guardar o valor anterior.

04 Registrar

Anotar data, fonte e responsável.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Rodar o relatório de parceiros com identificação, município ou e-mail incompletos.
- Definir o dono do rito mensal de atualização cadastral.
- Criar o indicador de divergência de documento por fornecedor.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Há um rito mensal de atualização de parceiros, com fonte oficial e responsável?

Três campos que mais geram retrabalho

- Identificação fiscal desatualizada.
- Município de entrega incompleto.
- E-mail de recebimento de documento inexistente.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Cada item precisa de classificação confiável

EM LINGUAGEM SIMPLES

Classificação é o endereço do item

É o código que diz em que gaveta o item está. Gaveta errada, regra errada.

A lei prevê alíquotas reduzidas e regimes diferenciados para bens e serviços listados. Por isso, a classificação do item no cadastro passa a decidir mais do que decidia. Pergunte, para cada item, se a regra de hoje ainda vale em 2027.

Para produtos

- Todo material ativo tem classificação fiscal preenchida?
- A classificação foi revisada por quem conhece o produto?
- Materiais descontinuados ainda movimentam estoque?

Para serviços

- Todo serviço vendido tem enquadramento na lista oficial de serviços?
- A mesma atividade tem o mesmo enquadramento em todas as empresas do grupo?
- Serviços novos têm fluxo de cadastro com revisão do tributário?

DECISÃO DA EMPRESA

Qual classificação cada produto ou serviço recebe é decisão tributária da empresa. O sistema guarda e aplica a decisão, e o relatório de divergência mostra onde ela difere entre empresas do grupo.

EXEMPLO PRÁTICO 03.7

situação fictícia, números redondos

Mesmo produto, duas classificações

O mesmo produto, vendido por duas empresas do grupo, aparece com classificações diferentes. O relatório de divergência lista o item, as duas classificações e quem cadastrou. O tributário decide qual vale, e a decisão vira regra do cadastro.

EXEMPLO PRÁTICO 03.8

situação fictícia, números redondos

Item morto que ainda movimenta

Um catálogo fictício tem 10.000 materiais ativos. O relatório mostra 1.500 sem movimento há dois anos e 200 com classificação vazia. Os 200 entram na primeira onda de correção se tiverem movimento recente. Os sem movimento ficam para depois.

EXEMPLO PRÁTICO 03.9

situação fictícia, números redondos

Serviço novo sem revisão

Uma área abre um serviço novo no cadastro sem passar pelo tributário. O enquadramento sai padrão. Três meses depois, o tributário descobre. Com um fluxo de cadastro com revisão, o serviço nasceria enquadrado e com registro de quem decidiu.

PASSO A PASSO

Revisar a classificação

01 Extrair

Listar itens ativos com classificação vazia ou diferente entre empresas.

02 Priorizar

Ordenar por movimento dos últimos meses.

03 Decidir

O tributário escolhe a classificação de cada item crítico.

04 Registrar

Anotar quem revisou, quando e com base em quê.

ERRO COMUM

Importar classificação de planilha antiga

Classificação revisada por quem conhece o produto vale mais que planilha antiga. Registre quem revisou, para a decisão ser defensável.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Rodar o relatório de itens sem classificação.
- Rodar o relatório de divergência entre empresas do grupo.
- Marcar uma reunião com o tributário para as dez maiores divergências.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quem decide a classificação dos itens em divergência, e onde fica o registro da decisão?

QUALIDADE DE CADASTRO

Medir a base antes de confiar nela

EM LINGUAGEM SIMPLES

Medir é contar o que está errado

Antes de corrigir, contar. Sem número, não se sabe se o problema é de 1% ou de 30%.

Uma base de cadastro com anos de uso carrega duplicidade, campo vazio e item morto. O custo de limpar em janeiro, com a operação rodando, é maior que o de medir agora, com ambiente de teste disponível.

01 **Extrair**

Gerar, por script, a lista de parceiros e itens ativos com o campo fiscal vazio, repetido ou inconsistente.

02 **Medir**

Contar vazios por empresa, por tipo e por área responsável, com data da medição guardada.

03 **Priorizar**

Ordenar por movimento dos últimos meses: item sem movimento não entra na primeira onda.

04 **Corrigir**

Corrigir em lote com aprovação do dono, guardando valor anterior para reversão.

05 **Repetir**

Medir de novo na semana do corte, com a mesma consulta, para comparar.

Roteiro de trabalho; os números de cada passo são do ambiente do cliente e ficam em planilha própria.

EXEMPLO PRÁTICO 03.10

situação fictícia, números redondos

Medida repetida

Medição de novembro: 6.000 parceiros com município incompleto em 50.000. Após a carga corretiva, medição de dezembro, com a mesma consulta: 600. A queda de 90% só é demonstrável porque a consulta foi a mesma.

EXEMPLO PRÁTICO 03.11

situação fictícia, números redondos

Carga com reversão

Uma carga corrige 3.000 registros. Antes de rodar, o valor anterior é copiado para uma tabela própria. Duas semanas depois, 40 registros precisam voltar. A tabela permite reverter em minutos, e não em dias.

EXEMPLO PRÁTICO 03.12

situação fictícia, números redondos

Carga sem aceite

Uma carga rodou em produção sem critério de aceite assinado. Ninguém sabia quantos registros eram para ter mudado. Com critério escrito antes, a conferência seria uma contagem simples.

ERRO COMUM

Corrigir em massa direto em produção

Toda carga roda primeiro em qualidade, guarda o valor anterior em tabela própria e tem dono, data e critério de aceite assinados antes de rodar.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Escrever a consulta de cadastro incompleto e guardar o texto dela.
- Rodar a primeira medição e arquivar o resultado com data.
- Definir o critério de aceite da primeira carga.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

A medição de cadastro tem data, consulta guardada e meta de queda aprovada?

FECHAMENTO DO CAPÍTULO

O que precisa estar pronto nos cadastros

01 Tributário

- [ ] Lista de campos novos por documento, na versão vigente.
- [ ] Regra de classificação de produto e de serviço documentada.
- [ ] Critério para parceiro optante do Simples definido.
- [ ] Decisão de quem aprova mudança de classificação.

02 TI fiscal e Líder SAP

- [ ] Origem de cada campo novo mapeada.
- [ ] Relatório de cadastro incompleto, rodando.
- [ ] Carga corretiva testada em ambiente de qualidade.
- [ ] Plano de reversão da carga corretiva.

FALE COM UM ESPECIALISTA

Diagnóstico fiscal no SAP: um mapa de cadastro, cálculo e documento do seu ambiente.

dfspro.com.br/especialidades/diagnostico-fiscal-sap

Evidências esperadas neste capítulo

Para guardar

- Relatório de campos novos por documento, com versão da documentação técnica.
- Relatório de cadastro incompleto, com data e contagem por empresa.
- Registro da decisão de classificação, com nome de quem decidiu e data.

PRÓXIMO PASSO

Conversar sobre a medição do cadastro de parceiros, produtos e serviços do seu SAP.

dfspro.com.br/contato

04

CÁLCULO

Determinação de imposto: regra, alíquota e benefício

Provar, por cenário, que o cálculo reproduz a regra que a empresa decidiu

RESUMO EM 3 LINHAS

1. Em 2026 vale a regra de teste; em 2027 muda a alíquota e o desenho.
2. O sistema separa fato gerador de 2026 e de 2027 pela data do fato.
3. O resultado esperado é escrito antes do teste, por quem decide.

POR QUE IMPORTA

Se a regra de cálculo está errada, todo documento, todo crédito e toda apuração herdam o erro. Corrigir depois exige reemissão, cancelamento ou ajuste.

NESTE CAPÍTULO

- Alíquotas de transição em números

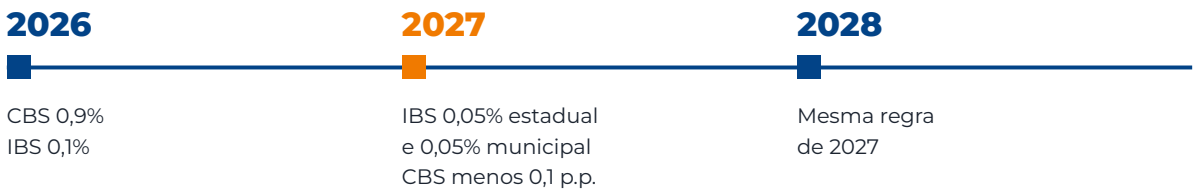
Alíquotas de transição em números

EM LINGUAGEM SIMPLES

Cálculo é conta com data

O imposto é base vezes alíquota. A alíquota depende do ano do fato gerador. Errar o ano é errar a conta inteira.

Em 2027 o sistema calcula CBS, e IBS em alíquota de teste, ao lado das obrigações que ainda existem. Cada cenário de venda e de compra precisa de uma regra e de um resultado esperado.



(LC 214/2025, art. 343) (LC 214/2025, art. 344) (LC 214/2025, art. 346) (LC 214/2025, art. 347) O checklist não estima a alíquota-base da CBS.

EXEMPLO PRÁTICO 04.1

situação fictícia, números redondos

A conta de 2026

Venda de R$ 10.000, em 2026. CBS a 0,9%: R$ 90. IBS a 0,1%: R$ 10. Total de teste: R$ 100, compensável com PIS e Cofins. (LC 214/2025, art. 343) (LC 214/2025, art. 346) (LC 214/2025, art. 348) O tributário escreve esses números antes do teste.

EXEMPLO PRÁTICO 04.2

situação fictícia, números redondos

O IBS de 2027

Venda de R$ 10.000, em 2027. IBS estadual a 0,05%: R$ 5. IBS municipal a 0,05%: R$ 5. Total de IBS: R$ 10. (LC 214/2025, art. 344) A CBS segue a alíquota fixada pela lei menos 0,1 ponto percentual, e o valor sai da regra vigente, não deste exemplo. (LC 214/2025, art. 347)

EXEMPLO PRÁTICO 04.3

situação fictícia, números redondos

O fato gerador na fronteira

Pedido de 28 de dezembro de 2026, nota faturada em 4 de janeiro de 2027. O sistema precisa saber qual regra vale pelo fato gerador. A decisão sobre o fato gerador é do tributário, e o sistema aplica a data que ele definiu.

PASSO A PASSO

Provar o cálculo de um cenário

01 **Escrever o esperado**

O tributário calcula base, alíquota, benefício e valor.

02 **Rodar**

O analista executa no ambiente de qualidade, com massa conhecida.

03 **Comparar**

O desvio vai para uma coluna própria, com a causa.

04 **Guardar**

Tela, documento e planilha ficam na pasta do cenário, com data.

ERRO COMUM

Misturar data de processamento e fato gerador

O sistema precisa distinguir fato gerador de 2026 de fato gerador de 2027 pela data do fato, e não pela data de processamento. A regra deve ter vigência inicial e final registradas.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Pedir ao tributário a lista de cenários de venda e de compra.
- Conferir se cada regra tem vigência inicial e final.
- Marcar os pedidos de dezembro que entregam em janeiro.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

O sistema aplica a regra pelo fato gerador, e quem decide qual é a data do fato gerador de cada caso?

MATRIZ DE CENÁRIOS

Do pedido de venda ao crédito da compra

EM LINGUAGEM SIMPLES

Cenário é um caso de negócio

Cada tipo de venda e de compra que a empresa faz vira uma linha. Quanto mais variedade, mais linhas.

Teste sem lista de cenários é teste do que é fácil. A lista deve nascer do negócio.

Cenário	O que o teste precisa mostrar	Dono do resultado
Venda interna a contribuinte	Débito de CBS e de IBS calculado e destacado	Tributário
Venda a consumidor final	Débito calculado sem crédito para o adquirente	Tributário
Venda a optante do Simples	Tratamento definido pela empresa e registrado	Tributário
Devolução de venda	Débito estornado na mesma proporção e documento vinculado	Controladoria
Compra para revenda ou insumo	Crédito apropriado, segregado entre CBS e IBS	Tributário
Compra para uso e consumo pessoal	Sem apropriação de crédito, conforme regra da lei	Tributário
Serviço tomado	Documento de serviço lido e crédito tratado	Controladoria
Remessa sem venda	Movimentação com documento e sem débito indevido	TI fiscal

Cenários sugeridos pelo projeto. Crédito segregado e vedação de uso e consumo pessoal: **(LC 214/2025, art. 47)**

EXEMPLO PRÁTICO 04.4

situação fictícia, números redondos

Um cenário por linha

Cenário 1: venda interna de item em alíquota cheia, R$ 10.000. O tributário escreve o esperado: base, CBS, IBS de teste e total. O analista roda. A diferença de um centavo já é desvio: investigar arredondamento, base ou regra antes do cenário 2.

EXEMPLO PRÁTICO 04.5

situação fictícia, números redondos

A devolução proporcional

Venda de R$ 10.000 com devolução de R$ 2.000, 20% do total. O débito de IBS de R$ 10 deve ser estornado em R$ 2, na mesma proporção, e o documento de devolução precisa vincular a nota original.

EXEMPLO PRÁTICO 04.6

situação fictícia, números redondos

Uso e consumo

Uma compra de material de escritório para consumo da empresa entra no cenário de uso e consumo. A matriz diz que não há apropriação de crédito nesse caso, conforme a regra da lei. (LC 214/2025, art. 47) O teste precisa mostrar crédito zero.

PASSO A PASSO

Montar a matriz

01 Listar operações

Cada tipo de venda, compra, devolução e remessa do negócio.

02 Escrever o esperado

Uma linha de resultado esperado por cenário.

03 Dar dono

Quem responde pelo resultado de cada linha.

04 Priorizar

Os cenários de maior volume e de maior valor primeiro.

ERRO COMUM

Testar só o que é fácil

Uma matriz curta cobre o caminho feliz. O desvio costuma estar na devolução, na remessa e no serviço tomado.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Reunir Vendas, Compras e Fiscal para listar as operações.
- Preencher a matriz com ao menos dez linhas.
- Pedir ao tributário o esperado de cada linha.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

A matriz de cenários cobre venda, compra, devolução, remessa e serviço tomado, com esperado escrito?

REGIMES DIFERENCIADOS

Alíquota reduzida não é exceção rara

EM LINGUAGEM SIMPLES

Nem todo item paga a alíquota cheia

Alguns bens e serviços têm regime próprio. Se o portfólio tem itens assim, o teste precisa de ao menos um de cada tipo.

O erro costuma estar no item de alíquota reduzida que vende pouco e passa no fim do trimestre.

O que perguntar

- Quais itens do portfólio estão em regime diferenciado?
- O sistema aplica a redução na alíquota de teste do IBS?
- A redução proporcional da CBS está refletida no cálculo?

O que provar

- Um caso de teste por regime diferenciado do portfólio.
- Resultado esperado calculado à mão pelo tributário.
- Divergência investigada até a causa, nunca ajustada no resultado.

EXEMPLO PRÁTICO 04.7

situação fictícia, números redondos

Cinco itens, três empresas

Escolha cinco itens que representem alíquota cheia, redução e crédito presumido, e rode o mesmo pedido em três empresas do grupo. Se o resultado diferir entre empresas, a causa está na regra ou no cadastro, não no documento.

EXEMPLO PRÁTICO 04.8

situação fictícia, números redondos

Cheio contra reduzido

Dois itens, cada um com venda de R$ 10.000. O primeiro paga a alíquota cheia, o segundo a reduzida. A diferença entre os dois resultados precisa ser explicável pela regra, linha a linha, e não apenas aceitável.

EXEMPLO PRÁTICO 04.9

situação fictícia, números redondos

O item que vende pouco

Um item de regime diferenciado vende R$ 5.000 por trimestre. Ninguém testou. Na virada, o cálculo usa a alíquota cheia por falta de regra. O erro só aparece no fechamento do trimestre.

ERRO COMUM

Testar só o item mais vendido

Inclua, no mínimo, um item de cada regime do portfólio, com uma venda, uma compra e uma devolução.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Pedir ao tributário a lista de itens em regime diferenciado.
- Escolher um item por regime como caso de teste.
- Rodar o mesmo pedido em duas empresas do grupo.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Cada regime diferenciado do portfólio tem um caso de teste com resultado esperado escrito?

TRÊS PERGUNTAS DE BORDA

O que muda para o Simples e para 2026

EM LINGUAGEM SIMPLES

Duas fronteiras

Uma é a do contribuinte, o Simples. A outra é a do calendário, o corte entre 2026 e 2027.

Em 2026, as alíquotas de teste não são aplicadas às operações de optantes do Simples Nacional. (LC 214/2025, art. 348, III, c) Em 2027 a obrigatoriedade dos documentos fiscais eletrônicos do ato começa para esses contribuintes. (Ato Conjunto nº 4/2026, art. 1º, § 1º)

Perguntas a validar no seu sistema

- O sistema trata de forma distinta a venda a optante do Simples e a venda a contribuinte do regime regular, hoje?
- O tratamento do parceiro optante mudará na virada, e a regra está documentada?
- Os fatos geradores de 2026 ainda não faturados estão identificados, para não sofrerem regra de 2027?

Linha de corte entre 2026 e 2027

A fronteira

- O que foi faturado até 31/12/2026 segue as regras de 2026.
- O que ocorrer a partir de 1º/1/2027 segue as de 2027.
- A fronteira exige conferência na semana do corte: pedido, remessa e nota podem cair em lados diferentes.

EXEMPLO PRÁTICO 04.10

situação fictícia, números redondos

Conferência de fronteira

Liste os pedidos abertos em 20 de dezembro de 2026 com entrega prevista em janeiro. Para cada um, marque em que data ocorre o fato gerador e qual regra se aplica. Pedido sem data clara vai ao tributário antes do corte.

EXEMPLO PRÁTICO 04.11

situação fictícia, números redondos

Venda a optante em 2026

Venda de R$ 10.000 a um cliente optante do Simples, em 2026. A regra de teste não se aplica a essa operação. (LC 214/2025, art. 348, III, c) O teste esperado é imposto de teste zero para esse cliente, e o sistema precisa mostrar isso.

EXEMPLO PRÁTICO 04.12

situação fictícia, números redondos

Pedido que atravessa

Pedido aberto em 22 de dezembro, remessa em 30 de dezembro, nota em 3 de janeiro. Três datas, duas regras possíveis. O tributário decide o fato gerador e o sistema registra a data decidida.

ERRO COMUM

Deixar a fronteira para o último dia

Pedido, remessa e nota podem cair em lados diferentes da linha. A lista de pedidos abertos se faz em 20 de dezembro, não em 31.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Gerar a lista de pedidos abertos que cruzam a virada.
- Marcar quais clientes são optantes do Simples.
- Pedir ao tributário a regra de fato gerador por tipo de operação.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

A regra de fato gerador na fronteira está escrita, e o sistema já a aplica?

FECHAMENTO DO CAPÍTULO

O que precisa estar pronto no cálculo

03 Tributário

- [ ] Matriz de cenários aprovada, com resultado esperado.
- [ ] Regimes diferenciados do portfólio listados.
- [ ] Tratamento do optante do Simples decidido.
- [ ] Fatos geradores de 2026 e de 2027 separados por regra.

04 Líder SAP e TI fiscal

- [ ] Cada cenário rodou em qualidade, com evidência.
- [ ] Desvios classificados e com dono.
- [ ] Regra versionada, com data de vigência.
- [ ] Nenhuma regra de 2026 sobrescrita antes de 1º/1/2027.

Regra de ouro da evidência

Três papéis

- Quem escreve o esperado não roda o teste.
- Quem roda o teste não decide o desvio.
- Quem decide o desvio assina.

Sinais de que o capítulo não está pronto

Sinais

- Há cenário sem resultado esperado escrito antes do teste.
- Há desvio aberto sem causa classificada.
- Há regra em produção sem vigência registrada.

REFORMA TRIBUTÁRIA NO SAP

Matriz de cenários de cálculo de CBS e IBS para provar a regra da empresa no sistema.

dfspro.com.br/especialidades/reforma-tributaria-cbs-ibs

REFERÊNCIAS

Conteúdo informativo, com base na legislação e nos atos publicados até novembro de 2026. A aplicação a cada empresa depende de análise tributária própria.

Outros guias desta série

- Prontidão para a virada de 2027: calendário, mapa do SAP e regimes específicos
- Documentos fiscais e apuração de CBS e IBS para a virada de 2027: emissão, recebimento, crédito e saldo
- Contabilidade, financeiro e importação na virada de 2027: razão, conciliação, split payment e Duimp
- Testes, go ou no-go e governança da virada de 2027

LEGISLAÇÃO · PLANALTO

Lei Complementar nº 214/2025
IBS, CBS e Imposto Seletivo; arts. 31 a 35, 45, 47, 343 a 348
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm

ATOS DA RECEITA FEDERAL E DO CGIBS

Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026
Início da obrigatoriedade dos documentos fiscais eletrônicos e da DeRE; DOU de 31/07/2026
https://www.gov.br/sped/pt-br/assuntos/documentos-fiscais/dere/atos-conjuntos/ato-conjunto-rfb_cgibs-no-4-de-30-de-julho-de-2026.pdf

RECEITA FEDERAL, SPED E CGIBS

Comitê Gestor do IBS
Portal do CGIBS
https://www.cgibs.gov.br

DFS PRO
IT SOLUTIONS

SOBRE A DFSPRO

Consultoria especialista em fiscal no SAP e no GUEPARDO Tax

Fundada em 2018, em Curitiba/PR. Parceira SAP e Canal Autorizado da NTT DATA para o GUEPARDO Tax. Implementa SAP, migra, faz rollout e governança fiscal, e implanta e governa o GUEPARDO Tax.

FALE COM A DFSPRO

Uma conversa com especialista para medir o cadastro e montar a matriz de cenários do seu SAP.

dfspro.com.br/contato